

Reforma administrativa trava e Motta articula

Parlamentares temem impacto de críticas de servidores públicos

/ CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apresentada há 20 dias, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da reforma administrativa travou na Câmara dos Deputados e ainda não tem assinaturas suficientes para ser protocolada. Os relatos são de resistência a endossar a proposta pela possibilidade de críticas de servidores públicos -eventuais eleitores em 2026-, do receio da repercussão após a rejeição da PEC da Blindagem e de atuação de associações contrárias.

A situação fez com que o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), passasse a agir pessoalmente para convencer bancadas e partidos para que subscrevam a PEC. De acordo com relatos, ele procurou líderes de partidos e o presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), Pedro Lupion (PP-PR), para pedir ajuda. A bancada é uma das forças mais expressivas da Casa, com cerca de 300 deputados.

Para começar a tramitar oficialmente, uma PEC precisa da assinatura de 171 dos 513 deputados - que aparecerão como autores dela. O texto da reforma administrativa foi divulgado em 2 de outubro pelo deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), mas, três semanas depois, ainda não atingiu o apoio necessário para ser protocolado na Câmara.

Apenas o autor sabe o número de assinaturas, mas relatos afirmam que faltam cerca de 50 deputados endossarem a proposta nessa



Movimento do presidente da Câmara busca angariar apoio em plenário

fase inicial. “Estamos bem perto. Uma proposta dessas exige conversa, convencimento”, diz Pedro Paulo, que deve ser o relator da reforma. Para ser aprovada, a PEC exige quórum muito maior, de 308 votos.

O texto, elaborado por um grupo de trabalho da Câmara, traz uma série de mudanças nas regras do funcionalismo público. O documento limita o número de cargos comissionados, restringe penduricalhos, acaba com as férias superiores a 30 dias para juizes e promotores e estabelece modelo de avaliação de desempenho que pode gerar bônus aos servidores. A intenção de Motta é que a proposta seja a grande marca de sua gestão na casa.

Uma das dificuldades para obter assinaturas, diz o futuro relator, é o receio dos deputados com a repercussão negativa após a rejeição

da PEC da Blindagem, que impedia a abertura de processos criminais contra parlamentares sem autorização do próprio Congresso, em votação secreta. O projeto foi aprovado por 353 votos e 134 na Câmara, mas virou alvo de protestos de milhares de pessoas nas ruas e foi rejeitado por unanimidade pelo Senado.

“Tem um antes e um depois da PEC da Blindagem. Antes, o deputado estava mais relaxado. Agora, está fechado em copas, olhando tudo no detalhe, mais atento àquilo que ele assina e que ele vota. E tem aquele movimento de que não quero desagradar ninguém, só vai entrar em bola redonda, por causa da eleição”, diz Pedro Paulo.

Pedro Paulo diz acreditar que nos próximos dias, após conversas com as bancadas e atuação do presidente da Câmara, haverá apoio suficiente para protocolar a PEC.

STF abre fase sobre emendas de deputados e vereadores

/ SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), disse nesta quinta-feira que os processos sobre emendas terão uma nova fase para verificar a execução desses recursos nas Assembleias Legislativas e nas Câmaras Municipais.

Segundo o ministro, uma decisão dando início à fase será publicada ainda nesta quinta, após o término de uma audiência pública no Supremo sobre as emendas.

“Nós teremos o início de uma nova fase nesse processo em relação a estados e municípios, emendas de Assembleias e de Câmaras. Nós vamos inaugurar uma nova

etapa, uma vez que a jurisprudência do Supremo determina que, neste caso, o modelo federal é de observância obrigatória pelos entes subnacionais”, disse.

A declaração foi dada no início da audiência no Supremo com todas as partes envolvidas nos processos sobre as emendas. A reunião foi convocada para que governo e Tribunal de Conta da União (TCU) possam informar o avanço das medidas para a transparência e rastreabilidade na execução dos recursos.

Dino destacou que há entre 35 mil e 40 mil prestações de contas sobre o uso das emendas parlamentares encaminhadas. Ele anunciou que pretende encontrar um encami-

nhamento institucional adequado para a análise dessas informações.

“É preciso encontrar um encaminhamento institucional adequado, todos nós certamente concordamos com isso, porque é impossível abrimos um tapete gigante e colocar isso embaixo”, completou.

Na audiência, representantes do TCU e do Ministério de Gestão e Inovação mostraram a atualização de plataformas públicas para o monitoramento da execução das emendas parlamentares.

Uma das novidades, segundo os gestores, é a publicidade dos nomes das empresas contratadas para a execução de serviços e obras com recursos das emendas Pix.



Repórter Brasília
Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Um apelo por dignidade

A deputada federal Benedita da Silva (PT-RJ, foto) subiu à tribuna da Câmara dos Deputados esta semana para fazer um pronunciamento emocionado e contundente sobre o nível dos debates no plenário. “Venho a esta tribuna para, mais uma vez, lamentar o que tenho ouvido neste plenário. Estou há quase 40 anos na vida pública e nunca, nesta casa, tivemos momentos tão difíceis como temos agora”, iniciou a parlamentar, visivelmente indignada com os excessos verbais e a falta de respeito entre os colegas de Poder Legislativo.



Democracia com respeito e conteúdo

Benedita reconheceu o papel legítimo da oposição, mas pediu que o debate político recupere o foco nas ideias e propostas para o país. “Eu sei que é da democracia, que é legítimo a oposição vir à tribuna e falar o que bem entende; só que a nossa Casa merece uma oposição que possa fazer um debate sobre o Brasil, sobre o que queremos para a nossa Nação. Mas quando vão para o debate, é xingamento. Vieram pra cá sem proposta, sem projeto”, lamentou.

Quando o ataque substitui o argumento

A deputada denunciou o clima hostil que tomou conta do plenário, onde, segundo ela, muitos preferem o insulto à construção política. “Nós temos que ficar ouvindo e não temos como dialogar, porque o nível que colocam em seus discursos não permite um debate sobre o Brasil. Eles se alegram quando votam contra o povo, e fazem festa. É uma coisa inacreditável”, criticou a deputada petista, pedindo serenidade e espírito público aos parlamentares.

Respeito às famílias e às mulheres

Em outro momento, Benedita fez um desabafo sobre as ofensas pessoais que têm sido proferidas, inclusive contra familiares de parlamentares. “Eu nunca vi desrespeitarem tanto a família dos outros. Nós temos família, somos de família, e não podemos ficar aqui xingando a mulher dos outros, a filha dos outros. E o pior, não apresentam um projeto sequer para melhorar a vida dessas mulheres que estão sendo assassinadas, sem emprego, abandonadas”, afirmou.

Um chamado à reflexão

Encerrando seu pronunciamento, a deputada fez um apelo à reflexão e à recuperação da decência política. “Eu não aceito que esta Casa fique furiosa porque alguém diz que ela está pior. Eu digo: está pior sim, está pior na linguagem, no comportamento e, sobretudo, espiritualmente. A gente vai a um culto maravilhoso, e depois sobe à tribuna e vence o respeito. Isso precisa mudar”, concluiu Benedita da Silva, em tom de advertência e esperança por um Parlamento mais humano e civilizado.

Desde 1980 protegendo a inovação para você construir o futuro.

in @ f www.sko.com.br | 51 3342.9323

SKO[®]
OYARZÁBAL
MARCAS & PATENTES S/C
Ética • Dinamismo • Confiabilidade